

O GRÃO-PARÁ E A INTEGRAÇÃO AO IMPÉRIO DO BRASIL:
ENTRE A EXPECTATIVA E A REALIDADE (1820-1835)

GRÃO-PARÁ AND INTEGRATION INTO THE BRAZILIAN EMPIRE:
BETWEEN EXPECTATIONS AND REALITY, AN EXPLOSIVE JUNCTURE
(1820-1835)

EL GRÃO-PARÁ Y LA INTEGRACIÓN AL IMPERIO DE BRASIL:
ENTRE LA EXPECTATIVA Y LA REALIDAD, UNA COYUNTURA
REVOLUCIONARIA (1820-1835)

Letícia Barriga¹

76

Resumo:

Neste artigo nos propomos a compreender como transcorreu o processo de integração da província do Grão-Pará ao Império do Brasil traçando uma análise da conformação social e política da sociedade paraense. Alinhando nossa análise aos mais recentes estudos da historiografia sobre o tema, procuramos mostrar como que as divisões internas de uma sociedade caracterizada pela diversidade de classes e grupos, de interesses e anseios, e de pretensões políticas e projetos de futuro para o Grão-Pará, foram fatores determinantes para os rumos seguidos e as decisões tomadas na conturbada década de 1820, construindo assim um cenário explosivo ao longo desta e da década seguinte. Baseamos nossa análise na documentação do período, destacando dois elementos fundamentais para tal compreensão, quais sejam o receio da elite paraense ao avanço dos grupos subalternizados em seu processo de politização, e as cisões existentes na sociedade paraense que cresceram e se agudizaram nas primeiras décadas do século XIX. Desse modo, entendemos que a crescente politização das classes populares levou ao rompimento pelas vias institucionais para uma pretensa igualdade jurídica e o acesso aos espaços de decisões políticas, conduzindo suas lutas numa intensa guerra civil ao longo dos anos de 1830, denominada de Cabanagem.

Palavras-chaves: Cabanagem. Independência. Império do Brasil. Camadas populares. Politização.

Abstract:

In this paper we propose to understand the integration process of Grão-Pará province into the Brazil Empire by outlining a social and political conformation analysis of the Pará society. Aligning our analysis to the most recent historiographical studies on the subject, we intend to show how internal divisions of a society characterized by diverse classes, groups, interests, desires, political aspirations and future projects for Grão-Pará, were determining factors for paths and decisions taken in the troubled 1820s, thus creating an explosive scenario throughout this period and the following decade. We justify our analysis on documentation of the period, highlighting two fundamental elements for such understanding, namely elite's Pará apprehension regarding the advancement of subordinated groups in their politicization process, and existing divisions in Pará society that grew and worsened in first decades of 19th century. In this way, we understand that popular classes growing politicization led to disruption through institutional channels towards supposed legal equality and access to political decision-making spaces, leading their struggles into an intense civil war throughout the 1830s, called Cabanagem.

Keywords: Cabanagem. Independence. Empire of Brazil. Popular layers. Politicization.

Resumén:

¹ Licenciada e Bacharel em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA/2008); especialista em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA) e especialista em Conservação Preventiva de Acervo Documental; mestra e doutora em História Social da Amazônia pela UFPA. É professora efetiva EBTT de História do Instituto Federal do Amapá, e coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do IFAP/Laranjal do Jari e coordenadora do programa institucional Empodera Mulher, núcleo Laranjal do Jari. E-mail: leticiabarriga@hotmail.com

O Grão-Pará e a integração ao Império do Brasil: Entre a expectativa e a realidade (1820 – 1835)

En este artículo nos proponemos a comprender como ha sucedido el proceso de integración de la provincia de Grão-Pará al Imperio de Brasil estableciendo un análisis de la conformación social y política de la sociedad paraense. Alineando nuestro análisis a los más recientes estudios de la historiografía sobre el tema, procuramos mostrar como que las divisiones internas de una sociedad caracterizada por la diversidad de clases y grupos, de intereses y anhelos, y de pretensiones políticas y de proyectos de futuro para el Grão-Pará, han sido factores determinantes para los rumbos seguidos y las decisiones tomadas en la conturbada década de 1820, construyendo así, un entorno revolucionario a lo largo de esta década siguiente. Basamos nuestro análisis en la documentación del periodo, destacando dos elementos fundamentales para tal comprensión, cuáles sean los temores de la elite paraense al avance de los grupos subalternizados en su proceso de politización, y las divisiones existentes en la sociedad paraense que han crecido y se agudizaron en las primeras décadas del siglo XIX. De esa manera, entendemos que la creciente politización de las clases populares ha llevado a romperse por las vías institucionales para una pretensa igualdad jurídica y el proceso a los espacios de decisiones políticas, conduciendo sus luchas en una intensa guerra civil a lo largo de los años de 1830, denominada de Cabanagem.

Palabras clave: Cabanagem. Independencia. Imperio de Brasil. Camadas populares. Politización.

Quando no dia 10 de agosto de 1823 a Junta Civil Provisória do governo provincial se reuniu diante da chegada em águas paraenses da fragata comandada por Paschoal Grenfell, mercenário inglês enviado por D. Pedro I, as principais autoridades do Grão-Pará decidiram por se integrar ao Império do Brasil. Sendo a última província a alinhar-se ao projeto emancipacionista vindo da Corte estabelecida no Rio de Janeiro, a decisão tardia das autoridades civis e militares paraenses se deu dentro de um contexto bastante conturbado vivenciado pelo Grão-Pará.

Em um cenário de crise política e econômica, as palavras do bispo do Pará, D. Romualdo de Sousa Coelho, analisadas por André Machado em sua tese de doutorado, sintetizam o pensamento de parte da elite paraense que compunha a Junta Provisória do governo civil. Para o bispo, a decisão de incorporar o Grão-Pará ao Império do Brasil era a alternativa mais viável e segura de evitar que a província fosse levada aos “horrores da anarquia” (MACHADO, 2006).

A fala da principal autoridade religiosa da província traduz elementos importantes do cenário político do Grão-Pará nos primeiros anos da década de 1820. O primeiro elemento destacado, e dito explicitamente, era o receio do avanço dos grupos subalternizados em seu processo de politização. Os “horrores da anarquia” para D. Romualdo Coelho era a perda total do controle sobre classes sociais marginalizadas economicamente e excluídas politicamente. O segundo elemento importante traduzido na fala do bispo tange às cisões existentes na sociedade paraense que cresceram e se agudizaram nas primeiras décadas do século XIX, embaladas pela crise do Antigo Regime português e as mudanças políticas e ideológicas provocadas pelos movimentos revolucionários do final do XVIII e início do XIX. Em especial, para a década de 1820, o Movimento Constitucional do Porto. Estas cisões se davam não somente entre classes sociais distintas e antagônicas, mas, também, dentro das próprias classes sociais, como, por exemplo, a elite paraense. Não havia consenso nos interesses dos grupos dominantes entre si, assim como inexistia um projeto de futuro homogêneo.

Posto isso, nos dispomos neste artigo a compreender o Grão-Pará no processo da independência do Brasil e sua integração ao novo Estado independente a partir da análise de dois elementos localizados na fala de D. Romualdo Coelho e mencionados no parágrafo anterior. Optamos por dar ênfase a estas duas facetas da sociedade paraense do início de 1820, por permitir o entendimento pormenorizado da atuação do Grão-Pará

O Grão-Pará e a integração ao Império do Brasil: Entre a expectativa e a realidade (1820 – 1835)

neste processo, não como um bloco coeso de aspirações iguais para um futuro incerto de uma pós-crise, tampouco, de uma sociedade polarizada em apenas dois campos de interesses, quais sejam brasileiros *versus* portugueses, como tradicionalmente foi entendido o processo de independência do Brasil no Grão-Pará (MUNIZ, 1973).

Discorreremos nos parágrafos a seguir como transcorreu o processo de integração da última província portuguesa na América ao Império do Brasil traçando uma análise da conformação social e política da sociedade paraense. Alinhando nossa análise aos mais recentes estudos da historiografia sobre o tema², procuramos mostrar como que as divisões internas de uma sociedade caracterizada pela diversidade de classes e grupos, de interesses e anseios, e de pretensões políticas e projetos de futuro para o Grão-Pará, foram fatores determinantes para os rumos seguidos e as decisões tomadas na conturbada década de 1820, construindo assim um cenário explosivo ao longo desta e da década seguinte.

CORTES SOCIAIS E ÉTNICOS DE UMA SOCIEDADE DE CORTE

O Grão-Pará entrava no século XIX sendo considerado pelo príncipe regente D. João VI como a “chave de todo o Brasil na parte Norte” (Códice 589, fl. 41 e 42). Sua importância mensurava-se pela localização geográfica estratégica em tempos de guerra, pois fazia fronteira com as possessões americanas da França e Espanha, nações em conflito direto com Portugal nos anos iniciais do *oitocentos*. Também, sua relevância podia ser medida por seu potencial econômico no ramo da madeira para a construção naval, comercial e bélica, e seus produtos extrativistas muito procurados no mercado europeu. Tal elevação da antiga capitania na política externa portuguesa na virada dos séculos XVIII para o XIX proporcionou uma maior movimentação de pessoas em território paraense, numa conjuntura de grande circulação de novas ideias e muitas mudanças no Mundo Atlântico. Desse modo, acompanhando a tendência revolucionária vivenciada pelas nações europeias e colônias americanas, a sociedade paraense se constituirá em um cenário de instabilidade política, de politização de classes e grupos sociais e de disputa por espaços e áreas de influência tanto dentro quanto fora do seletivo e restrito círculo da sociedade política do Grão-Pará (MACHADO, 2006).

Diante de uma sociedade fortemente heterogênea e diversificada, a politização das classes sociais e o raio de ação e de ingerência nos espaços de representação política ocorreram de forma variada e assimétrica. Iremos ver que a sociedade política do Grão-Pará em 1820 herdava fortes laços com a estrutura da burocracia absolutista portuguesa, mantendo fechado o círculo restrito aos que detinham o poder político na província. Na conjuntura revolucionária das primeiras décadas do XIX, estas estruturas se viam fortemente ameaçadas pelos grupos sociais e étnicos aliados destes espaços políticos. Em tempos de crise, os grupos dominantes no poder têm de lidar com a perda da operacionalidade das antigas estruturas, sejam burocráticas ou culturais,

² Partimos da ideia de um processo de politização com os estudos que vêm sendo apresentados e se contrapondo à historiografia tradicional sobre o Grão-Pará e a independência do Brasil. Alinhamo-nos aos estudos de Geraldo Mártires Coelho (1993), José Alves de Souza Junior (1998) e André de Arruda Machado (2006). Os três, cada qual com sua contribuição, convergem no entendimento de um processo de construção e apropriação de um nível de politização na virada do século XVIII para o XIX e nas duas primeiras décadas deste último.

O Grão-Pará e a integração ao Império do Brasil: Entre a expectativa e a realidade (1820 – 1835)

como, por exemplo, a cultura política (JANCSÓ & PIMENTA, 2000), além de buscar alternativas para a superação da crise, seja mantendo a velha ordem estabelecida, ou propondo uma nova ordem social, diante de um clima de muitas incertezas ante o que iria acontecer e insegurança quanto à manutenção de seu *status quo* (MACHADO, 2006). Esta disputa generalizada entre os grupos sociais que compunham a sociedade paraense de 1820 levava a um clima de tensão e instabilidade que culminaria na explosão da guerra cabana com a radicalização das ações das camadas populares. É este o cenário vivenciado pelo Grão-Pará às vésperas do processo de independência do Brasil.

Muitas destas ações foram protagonizadas por grupos indígenas que, nos idos dos anos de 1820, passaram a radicalizá-las, inclinando-as cada vez mais para a luta armada em detrimento da busca por brechas na legislação indigenista lusitana. É importante pontuar isso, pois, quando falamos de camadas populares no Grão-Pará, referimo-nos majoritariamente à população indígena. No alvorecer da década de 1820, o Grão-Pará constituía-se, territorialmente, como a maior capitania da América portuguesa, mas não a mais populosa. De acordo com dados de Antônio Ladislau Baena, largamente utilizados pela historiografia, a antiga capitania perfazia um total de 149.854 habitantes, sendo que quase 30.000 eram negros escravizados. Os indígenas ocupavam um quantitativo de 32.751 habitantes. Estes dados, obtidos pelos mapas populacionais das paróquias, de longe já apresentavam incongruências, na medida em que, no que diz respeito aos indígenas, eram computados somente os que estavam subjugados às instâncias religiosas e às militares/administrativas lusitanas. Tal incoerência entre os números paroquiais e a real dimensão populacional indígena foi percebida por viajantes contemporâneos ao período, como, por exemplo, Spix e Martius que evidenciaram tal disparidade (SPIX & MARTIUS, 1981; MACHADO, 2006, p. 62).

Esta informação nos é importante, na medida em que é imperativo identificar os variados grupos sociais e étnicos que perfaziam as camadas populares da sociedade paraense e que definiram o caráter cada vez mais radical dos embates políticos de 1820 e da guerra cabana, deflagrada a partir de 1835. A forte presença indígena no Grão-Pará foi confirmada nas narrativas de viajantes e estadistas que estiveram na região nas primeiras décadas do XIX, mas também pelo extenso uso da Língua Geral Amazônica, o Inhangatu, falada pela maioria dos paraenses em 1820, como nos afirma José Ribamar Bessa Freire, em pesquisa de doutorado de 2003 (BESSA FREIRE, 2003).

Sendo assim, num cenário de forte presença indígena, num franco processo de politização na cultura política luso-brasileira, e em constante mobilização por reivindicação das garantias legais, o receio da elite política paraense que compunha a Junta Provisória não era algo desmedido. Um dos maiores temores da elite econômica e política que conduzia a administração do Grão-Pará estava justamente nas forças armadas da antiga capitania e depois província. A formação das tropas ganhou um investimento mais direto nos anos finais do século XVIII com a política de militarização de D. Francisco de Sousa Coutinho,⁷ em seu replanejamento para a capitania focando na defesa das fronteiras, e nos anos iniciais do XIX, quando houve a necessidade da composição das tropas para a invasão à Guiana Francesa e ocupação de Caiena. Desse modo, o recrutamento

O Grão-Pará e a integração ao Império do Brasil: Entre a expectativa e a realidade (1820 – 1835)

de soldados, em grande medida de forma compulsória e indígena, aumentou neste período pelas demandas políticas e econômicas do momento.

A exigência de mais soldados demonstrava práticas tradicionais de reduzir os indígenas às tropas ou aos contingentes de trabalhadores em obras necessárias à manutenção de uma economia de guerra. Tais práticas, como os descimentos, que não haviam findado e sendo realizados de forma ilegal, mas também o recrutamento para as Tropas de Ligeiros, dispositivo legal criado pela Carta Régia de 1798, fazia aumentar a tensão com os povos indígenas, sobretudo os do sertão, e com os tapuios que já se associavam em diferentes graus aos núcleos coloniais. Esta realidade não se modificou nos idos das primeiras décadas do XIX, o que escancarava uma contradição difícil de ocultar, principalmente em relação aos tapuios.

Como analisa André Machado, as “elites econômicas” do Grão-Pará se viam numa situação complicada. Ao tentar manter o controle da população de tapuios e indígenas utilizando-se de instrumentos de coerção e disciplina, como o recrutamento às Milícias de Ligeiros, estas elites locais deparavam-se com uma realidade contraditória e explosiva, pois que tais dispositivos aumentavam a exploração da mão de obra e o uso da violência de um lado, e do outro lado, a política indigenista aplicada desde meados do XVIII equiparavam indígenas e tapuios como pessoas livres. Ao menos teoricamente. Esta contradição se agudizou quando eclodiu o movimento revolucionário do Porto, que resultou na primeira Constituição portuguesa, em janeiro de 1821. Os debates nas Cortes de Lisboa fundamentavam a nova Carta Magna lusitana nos princípios iluministas, baseados nas concepções de liberdade e igualdade jurídica, assim como cidadania. Estudos como o de Raquel Dani Sobral (2013), nos informam a frustração de indígenas e tapuios da sua não incorporação ao estatuto de cidadania lusitana, uma das garantias constitucionais da nova Carta. Mas, mesmo não lhes sendo garantido tal estatuto, abriu-se prerrogativa para a sua reivindicação por meio de manifestos e ofícios remetidos tanto às autoridades da então província, mas também enviados diretamente a Lisboa.

Em sua análise da documentação *do Arquivo Histórico Ultramarino*, André Machado nos fornece uma evidência do nível de apropriação dos novos dispositivos legais inaugurados com o movimento Vintista e a Constituição portuguesa a partir de 1º de janeiro de 1821. Um pedido de devassa feito pelos trabalhadores do Arsenal da Marinha, assinado pelo Mestre da Ribeira dos Navios, Valentim José, foi remetido primeiramente à Junta Provisória de Governo e depois enviado diretamente a Lisboa. Esta solicitação de devassa era contra o Intendente da Marinha e Construção Naval do Pará, João Antônio Rodrigues Martins, pelo trato que ele dispensava aos operários do Arsenal, sob muita violência e exploração, sendo denominado no documento de “terror da Capital e dos Sertões” (MACHADO, 2006, p. 137).

Na devassa, os operários tapuios do Arsenal de Marinha denunciavam ainda as velhas práticas de cunho absolutista como a forma que o Intendente foi nomeado, por meio esdrúxulo de compra de cargo na Corte estabelecida no Rio de Janeiro, considerado símbolo da velha ordem absolutista. André Machado nos chama a atenção para a forma como os denunciantes tratam o dia 1º de janeiro de 1821 no texto manuscrito, considerado um “divisor de águas” entre as velhas práticas arbitrárias e a nova ordem que se inaugurava, de direitos e liberdade, pois que o processo constituinte do Vintismo e a homologação da Constituição

O Grão-Pará e a integração ao Império do Brasil: Entre a expectativa e a realidade (1820 – 1835)

possibilitaram que “Depois de tantos tempos de sofrimento de amarguras apareceu o nosso horizonte a Aurora da Liberdade e Regeneração dos portugueses Paraenses no dia 1º de Janeiro”³.

A leitura de Machado, em relação à documentação analisada, desdobra-se em vários pontos importantes para entender o cenário de crise política vivenciado pelo Grão-Pará às vésperas da independência do Brasil de Portugal. O primeiro consta do acesso e apropriação por parte dos operários tapuios do Arsenal sobre a nova legislação. Baseados nela, estes trabalhadores indígenas exigiam a saída do intendente despótico do cargo. Outro ponto que nos chama a atenção é que eles não esgotam as tentativas de seus anseios quando são ignorados pelas autoridades locais e remetem novamente sua exigência diretamente a Lisboa. Isso pode demonstrar a segurança que estes sujeitos tinham de seus direitos perante a Constituição recém-homologada. Também é interessante na análise de Machado a sensação de tempo para as pessoas que estavam vivendo o processo revolucionário. Ao estabelecer o 1º de janeiro como um marco que dividia o passado absolutista, “tempos de sofrimento, de amargura”, do novo período que se iniciava, “aurora da Liberdade e Regeneração”, ele demarcava um espaço de tempo que parecia muito maior, sendo que cronologicamente a ação do intendente João Martins perfazia não mais que 4 anos. Para Machado, esta percepção de tempo insere-se no próprio processo de mudanças que as sociedades estavam vivendo. Depois de várias tentativas de fazer valer a lei de acordo com suas interpretações, a expectativa dos operários se viu frustrada na medida em que a Junta Provisória não concedeu a exoneração de João Martins. Este saiu algum tempo depois pedindo demissão, em decorrência do clima de tensão que só crescia.

Podemos tirar muitas considerações deste episódio. Mas, o que vamos centrar é na agência dos trabalhadores indígenas de se fazer valer a letra da lei com as mudanças anunciadas com a Constituição. Até este momento, conseguimos perceber que a população subalterna, composta majoritariamente por indígenas, ainda tentava conseguir garantias jurídicas pelo viés da lei. Embalados pelos debates em torno das ideias de liberdade, cidadania e igualdade, pressupomos que a população paraense também tentava ocupar seu lugar no espaço da sociedade política. Porém, como demonstraram os fatos e ratificaram as pesquisas historiográficas, este restrito círculo de poder político se manteve fechado ao longo da década de 1820, apresentando apenas fissuras, sendo abalado mais efetivamente na década seguinte, quando os cabanos tomam o poder e empossam seus presidentes.

Estas fissuras foram sendo feitas por várias forças. Além do papel fundamental das classes populares tentarem romper o círculo fechado da sociedade política, os próprios membros deste espaço contribuíram para tal, quando não se conseguia um alinhamento e uma homogeneidade entre a elite política e econômica paraense. Este ponto é fulcral para entendermos o processo de integração do Grão-Pará ao Império do Brasil sem incorrerem em reducionismos polarizados entre dois projetos de futuro para a província que, de forma estanque, colocava de um lado a elite provincial defensora da manutenção dos laços com Portugal e do outro

³ Trecho extraído da documentação do AHU – ACL – CU 013, CX. 151, D. 11654 (Projeto Resgate).

O Grão-Pará e a integração ao Império do Brasil: Entre a expectativa e a realidade (1820 – 1835)

o povo paraense, brasileiros que defendiam a independência. A questão era muito mais complexa e a realidade muito mais diversa, conflitante e explosiva.

A sociedade paraense era dividida em classes sociais, como pontuamos acima. Da elite que dominava política e economicamente a província, além de não haver uma coesão entre si, os grupos dominantes disputavam em muitos aspectos. Sabemos que o Grão-Pará na década de 1820 ainda se conformava como uma sociedade de cortes, herança muito arraigada das tradições monárquicas portuguesas. Um traço fundamental deste tipo de organização social e política é a disputa por áreas de influência, estreitamento nas relações com a monarquia, por cargos importantes na burocracia e títulos nobiliárquicos. Além destas disputas características de uma sociedade de corte, a questão étnica também era um fator que não podia ser ignorado. Havia diferenças quanto ao local de nascimento, entre colônia e metrópole, na sociedade lusitana. Desse modo, os que tinham proximidade de laços sanguíneos e familiares com portugueses, mesmo tendo nascido em terras paraenses, percebiam um lugar de destaque na sociedade provincial. Para a realidade local, essas pessoas eram vistas e denominadas de “portugueses”, contrapondo-se à denominação dada a elas pelos portugueses metropolitanos que as consideravam “brasileiras”.

Dito isso, utilizaremos a divisão da “elite paraense” percebida pelos estudos de José Alves Júnior e André Machado. Este último, em sua tese de doutorado, destaca três grupos que compunham a elite econômica do Grão-Pará na década de 1820. Primeiro tinha a facção mais poderosa formada por homens portugueses do Reino ou de origem portuguesa, ocupando altos cargos na burocracia lusitana, além de acumularem status de negociantes de grosso trato, grandes proprietários de terra e altas patentes militares. Tal concentração de poderes, muito comum na hierarquia social paraense, se consolidou com as políticas pombalinas, onde muitos homens influentes foram privilegiados com a repartição do patrimônio jesuíta após a expulsão dos religiosos da região. Alves Júnior denomina esta facção da elite local de Funcionários-Negociantes (SOUZA JÚNIOR, 1998, p.10).

O segundo grupo era composto de pessoas com um poder econômico e político menor. Eram proprietários de terras, geralmente atuando na pecuária e na agricultura, tanto de exportação quanto de subsistência. Nascidas no Grão-Pará eram pessoas descendentes dos antigos colonos. Por não ter tanta influência política dentro da estrutura de uma sociedade de corte, esta elite de menor peso dependia do primeiro grupo para viabilizar seus empreendimentos, mantendo assim fortalecida a rede de dependência entre os grupos da elite.

O terceiro e último grupo elencado por André Machado era formado por homens que tinham obtido riquezas recentes. Negociantes que haviam enriquecido com o comércio desenvolvido na economia de guerra gerada com a ocupação de Caiena. Geralmente militares de altas patentes que participaram da operação e foram recompensados com terras e inserção comercial (MACHADO, 2006, p. 82).

Não é muito difícil de pressupor que, uma classe social que se configurava em sua gênese em grupos distintos entre si, não apresentaria coesão em seus interesses e formas de atuação política. Essa heterogeneidade da elite paraense vai ser fortemente evidenciada e suas fissuras escancaradas na crise do Antigo Regime

O Grão-Pará e a integração ao Império do Brasil: Entre a expectativa e a realidade (1820 – 1835)

português. Parte dessa elite, sobretudo nos dois grupos inferiores, teve um alinhamento maior com as propositivas do Vintismo, na medida em que o movimento constitucionalista propunha mudanças expressivas na rígida hierarquia de cargos da sociedade absolutista lusitana. José Alves Júnior argumenta este elemento como fulcral para as disputas entre as elites, que circundavam o interesse por altos cargos e influência no círculo da sociedade política da província.

Dentre estes setores da elite política e econômica do Grão-Pará, podemos estabelecer diferentes partidos assumidos por eles. Estes partidos tinham um sentido bem próprio da cultura política do início do século XIX. André Machado afirma que a palavra foi francamente pronunciada nos idos das primeiras décadas do século, principalmente em 1820, onde a associação em torno de um projeto político foi legalizada. Entretanto o autor nos chama a atenção para o entendimento de partido político do período, que muito se diferia do que entendemos na atualidade. A concepção partidária do período estudado se dava de forma muito circunstancial, ou seja, não havia uma organicidade partidária como temos hoje. Os ajuntamentos políticos se davam de forma pontual, em certa medida, na defesa ou no refutar de alguma proposta e/ou projeto político, ou mesmo interesses pessoais também podiam levar a aproximação ou afastamento partidário. Outro ponto de diferença percebido por Machado é a questão da identificação partidária. Nos idos de 1820 o identificar era um movimento exógeno, de fora para dentro. Em outras palavras, a identificação de um partidário ocorria a partir de seus adversários em relação a ele. As prerrogativas que o afastavam de certo grupo político delegavam-no o partido oposto que ele defendia.

Em que pesem as diferenças de significados da ideia de partidos políticos de 1820 para os dias de hoje, o certo é que na sociedade paraense do início do XIX os grupos políticos apresentavam-se organizados e mobilizados em torno de interesses e projetos de futuros próprios. José Alves Júnior argumenta a existência de três grandes “partidos” ou grupos nesse cenário, os *absolutistas*, os *constitucionalistas* e os *independentistas*. De acordo com o autor, tornava-se tarefa difícil identificar até meados de 1822 quem defendesse a bandeira independentista, na medida em que este grupo foi se delineando aos poucos, sendo conformado por ex-constitucionalistas a partir da conjugação de alguns fatores, dentre os quais, “a falência de um projeto político que igualizava súditos da Metrópole e da Colônia, do rompimento do sul com Portugal, da repressão movida pelo Brigadeiro Moura contra possíveis conspirações a favor do Rio de Janeiro e, sobretudo, a partir da vitória dos absolutistas em Portugal” (SOUZA JÚNIOR, 1998, p.10).

A análise de Souza Júnior é ratificada pela posição teórica de André Machado. Este autor afirma que a configuração de posicionamentos na sociedade paraense no contexto da independência do Brasil foi constituída não por ideais nativistas em torno de um sentimento identitário nacional, ou pela defesa irrefutável das estruturas absolutistas portuguesas. As pessoas deste período viviam numa conjuntura de mudanças. A onda revolucionária vivenciada pelos europeus e americanos desde o último quartel do século XVIII era um caminho sem volta. Como sintetizam Istvan Jancsó e João Paulo Pimenta, a “crise não aparecia à consciência dos homens como modelo de em vias de esgotamento, mas como percepção da perda de operacionalidade das formas consagradas de reiteração da vida social” (JANCSÓ & PIMENTA, 2000). Isto quer dizer que aos

O Grão-Pará e a integração ao Império do Brasil: Entre a expectativa e a realidade (1820 – 1835)

homens detentores dos poderes político e econômico da província, as incertezas eram muitas em relação ao que os esperava num futuro próximo. O que eles sabiam é que precisavam de saídas para a crise política e social pelo qual passavam, e que uma nova cultura política estava sendo gestada e colocada em prática, a exemplo dos argumentos utilizados pelos operários do Arsenal de Marinha quando exigiram a abertura de devassa e a retirada de João Martins do cargo de Intendente.

Como forma de garantir seu lugar na ordem estabelecida que se dissipava na crise do Antigo Regime, os grupos locais no poder econômico e político passaram a digladiarem-se, não somente no fechado círculo da sociedade política, mas também nos espaços externos, alcançando as ruas. Com a legalidade da imprensa, possível com as mudanças trazidas pela vinda da família real portuguesa, os debates feitos entre os homens da política passaram à boca do povo e tomaram dimensões cada vez mais incontroláveis para os homens do poder. Os debates circundavam sobre os rumos de mudança tomados pela política institucional portuguesa com o movimento constitucionalista, e como a sociedade hierarquizada iria receber e quais impactos iriam sentir com tais mudanças. Dessa forma, a divisão política da elite paraense se dava em torno do apoio ou não à Constituição, sempre visando garantir espaços no jogo político que se delineava.

De modo geral, o grupo mais próximo dos chamados *absolutistas* eram homens de grosso comércio e grande prestígio político na sociedade de Corte, que ocupavam cargos importantes e de influência na antiga estrutura política absolutista. Possuíam os privilégios (alguns ambicionavam títulos e outros eram socialmente vistos como “nobres da terra”) desejando pertencerem a uma classe com fortes poderes políticos e econômicos, lugar do qual não pretendia sair e nem permitir aberturas para que outros entrassem. Os *constitucionalistas*, por sua vez, abarcavam a elite local do segundo grupo, com menos poder econômico e capital político, e que não conseguiam maior inserção no restrito círculo de privilégios da hierarquia monárquica lusitana. Por serem descendentes de antigos colonos, sua naturalidade implicava um distanciamento de tais privilégios em uma sociedade que ainda herdava em sua cultura política a tradição portuguesa da pureza de sangue. Se não conseguiam inserir-se na sociedade política ao ponto de alcançarem os privilégios do primeiro grupo, tampouco se sentiam identificados com a maioria da população paraense que era alijada de tais espaços. Pelo contrário, esta “elite” identificada como paraense, não pretendia coesão com o resto da sociedade que ficava à margem deste sistema, mas sim, galgar os espaços por eles considerados como seus dentro da sociedade política. Desse modo, as disputas se davam circunstancialmente por acessos e garantias de permanência aos espaços restritos de decisão política.

O último partido indicado por Alves Júnior, os *independentistas*, como já dito acima, foi sendo formado no calor dos acontecimentos e das disputas que passavam a ficar cada vez mais acirradas. André Machado categoricamente afirma em sua tese que não havia um projeto de independência na “elite política paraense” no alvorecer da década de 1820, muito menos se afinava ao projeto emancipacionista que começou a ser forjado no Rio de Janeiro. A formação do território da América Portuguesa sempre estabeleceu uma cisão entre duas regiões. Desde o avanço colonial para o norte de suas possessões americanas no século XVII, a política ultramarina lusitana criou duas administrações distintas entre si, o Estado do Brasil, da Bahia para

O Grão-Pará e a integração ao Império do Brasil: Entre a expectativa e a realidade (1820 – 1835)

baixo, e o Estado do Maranhão, do Piauí para cima. Ao longo do processo colonial, o Estado do Maranhão foi sofrendo mudanças alinhadas às políticas que foram sendo pensadas e executadas para um melhor controle e uma mais eficaz administração. Desse modo, na segunda metade do século XVIII, o território ao norte da América Portuguesa passou por alteração, dividindo-se finalmente em duas capitanias, a do Maranhão e a do Grão-Pará nas últimas décadas do século.

Nesse sentido, o que queremos abordar aqui é que nunca houve um sentimento de unidade entre os territórios do norte e os do sul da América Portuguesa. Pelo contrário, havia desconfianças e queixas ao longo da consolidação da colonização com o fato das capitanias meridionais tentarem colocar uma hegemonia sobre as capitanias do norte. Essa situação de cisão foi adquirindo corpo e forma cada vez mais consolidado e, mesmo com o traslado da Família Real para o Rio de Janeiro, a elite política e econômica do Grão-Pará continuava a estabelecer relações mais próximas com Portugal. A proximidade transatlântica não ocorria somente pela facilidade das correntes marítimas em detrimento da difícil navegabilidade entre Grão-Pará e Rio de Janeiro, mas também identitária, na medida em que a presença lusitana era muito forte na província paraense, como bem observada e dita por viajantes e naturalistas europeus que percorreram a Amazônia nas primeiras décadas do XIX (SPIX & MARTIUS, 1981). No contexto do Vintismo, essa aproximação ocorria menos ainda.

A participação dos representantes da América portuguesa nas Cortes de Lisboa demonstrava bem esta falta de unidade política e identitária. “Os deputados americanos não viam o Reino do Brasil como um corpo político uno” (MACHADO, 2006, p. 55). As tratativas debatidas em Lisboa versavam mais sobre buscas para a crise política que o Império português estava passando, do que a defesa de um projeto de Brasil unitário e independente. Os deputados defendiam os interesses de sua província num universo geral do Império português, como disse Antônio Feijó, deputado pela província de São Paulo ao afirmar que “não somos deputados do Brasil, de que em outro tempo fazíamos parte imediata, porque cada província se governa hoje de forma independente. Cada hum he somente deputado da província que o elegeu” (MACHADO, 2006, p. 56). Desse modo, podemos perceber que não era a unidade a premissa do pensamento e projeto dos deputados americanos nas Cortes. As províncias mantinham uma independência entre si, como afirmou Feijó. Se unidade nacional não existia, os interesses regionais de um território tão extenso ganhavam destaque, fazendo com que blocos regionais fossem se constituindo, como a exemplo na parte norte da América portuguesa, nas relações estabelecidas entre as províncias do Grão-Pará, Maranhão, Mato Grosso e Goiás.

Compreender esta configuração de laços políticos e identitários é fundamental para entender o processo de integração do Grão-Pará ao Império do Brasil de forma tardia e conflituosa. Não estava na ordem do dia para os interesses dos que dominavam a economia e os laços políticos durante a “adesão” ao projeto independentista formulado e estendido pelo Rio de Janeiro. Não havia um sentimento claro e unificante de uma “causa nacional” por si, embora houvesse pontos associativos ora vinculados aos laços monárquicos com Pedro I ou ainda com D. João VI, ou com a monarquia católica romana, ou depois com a constituição ou com alguma base normativa legal geral e unificadora. Quando, em agosto de 1823, aqueles que formavam “a elite política” local que conduzia a administração provincial decidiu-se pelo alinhamento à causa de Pedro I e ao

O Grão-Pará e a integração ao Império do Brasil: Entre a expectativa e a realidade (1820 – 1835)

sistema constitucionalista vindo do Sul, tal decisão era uma das possibilidades e não a defesa de um projeto unissonamente orquestrado sem dissonâncias. Em 1820, diante de um cenário conturbado e instável socialmente, a alternativa do constitucionalismo vintista foi a aceita, como afirmou o bispo D. Romualdo Coelho. Em 1823, os elos vintistas e constitucionais esmoreciam em Lisboa e novas esperanças se abriam por parte de Pedro I. Este caminho, todavia, não era simples.

DA EXPECTATIVA À REALIDADE, OPTA-SE PELA LUTA ARMADA

Ao contrário do que acreditava o bispo, a situação de alarme à ordem estabelecida na província continuou e cresceu. Tal instabilidade política não passou despercebida ao religioso que se posicionou, em outubro de 1823, dizendo que a província se encontrava em “demasiada ânsia e liberdade às paixões” (MACHADO, 2006, p. 93). O clima era tenso para a elite que conduzia a política da província, pois, a exaltação dos ânimos na própria classe dominante fazia ressoar as fissuras e cisões deste grupo para as classes populares, saindo dos espaços oficiais restritos de discussões políticas para as ruas, espaços variados de uma multiplicidade de demandas, anseios e projetos de futuro. Além de não conseguir um consenso dos projetos que deveriam se executados, as classes dominantes se viam num cenário de incertezas, na insegurança de não saber quais os rumos que todas estas transformações levariam.

Os acontecimentos que se seguiram à decisão de integrar ao Império do Brasil se mostraram bastante explosivos, culminando na eclosão da guerra cabana em 1835. Os doze anos que separam a *Integração* da Cabanagem foram marcados por acirramento das disputas dos grupos que compunham a elite da província, crescimento e radicalização dos movimentos populares, sobretudo internos às tropas compostas majoritariamente por indígenas, configurando desse modo, um clima de instabilidade política que levou a sociedade paraense ao ápice de uma guerra civil. Aconteceu o que a elite política do Grão-Pará mais temia, a perda do controle da população, caracterizada pelo bispo por sua “demasiada ânsia e liberdade às paixões”. As cisões dessa elite faziam com que ela não conseguisse se manter no poder de forma estável.

O clima de tensão aumentou pelo acirramento das disputas e a insatisfação de vários grupos sociais que se generalizava em decorrência das ações cometidas pelo Comandante das Armas e seus alinhados políticos. Antes de analisarmos esta conjuntura explosiva, faz-se necessário a breve abertura de análise para a figura do Comandante das Armas e sua relação na política local, que no Grão-Pará foi assumido pelo Brigadeiro português José Maria de Moura. Este cargo foi criado pelas Cortes de Lisboa como forma de conter a autonomia política que as províncias obtiveram com a Constituição do Porto. É interessante esta observação, pois demarca um breve período de relativa autonomia política das jurisprudências americanas quanto à escolha de seus governantes locais. Esta prerrogativa foi permitida, pois lhes era garantido a escolha da composição da Junta de Governo, criada no processo constitucionalista do Porto. Mas, com a criação de uma autoridade forte, independente do governo civil e indicada por Lisboa, se permitia que Portugal não perdesse totalmente o controle sobre a administração de sua, ainda, colônia.

O Grão-Pará e a integração ao Império do Brasil: Entre a expectativa e a realidade (1820 – 1835)

Analisando o papel do Comandante de Armas a partir da atuação de José Maria de Moura, podemos mensurar o aumento do clima de insatisfação da elite política local para com Portugal. Primeiro porque a indicação passava por cima da autonomia local, depois porque o poder concedido ao cargo sobre os assuntos militares num momento de crise política, de conjuntura explosiva e em uma região estratégica por suas fronteiras como o Grão-Pará, levava ao aumento da desconfiança e acirramento de disputas entre os grupos sociais locais.

A historiografia tradicional elevou a figura do Brigadeiro Moura como central no movimento local de resistência à Independência do Brasil. De fato, sendo a primeira autoridade das Armas da província, este militar passou a galgar mais espaços e poderes na sociedade política do Grão-Pará. Tanto é que, em 1º de março de 1823 um golpe sustentado pelo corpo militar dissolveu a atual Junta de Governo mandando prender seus membros, substituindo-os por políticos alinhados a Moura. O golpe foi protagonizado pelo Comandante das Armas e setores da elite política local mais inclinada à manutenção da relação com Portugal e que tinham composto a Junta Provisória de Governo anos antes, saindo a partir de uma crise política aguda entre as facções da elite local (MACHADO, 2006, p. 172).

Esta ação golpista, somada com a exigência de um novo recrutamento compulsório para composição das tropas de um contingente de 600 homens, provocou uma reação generalizada em várias classes sociais, de parte da elite, mais próxima das mudanças constitucionais, até aos indígenas e tapuios, principais alvos do recrutamento. Posto isso, somado ao fato de Lisboa ter silenciado impotente em relação ao golpe, os grupos da elite política que foram retirados do poder elevaram seu alinhamento às mudanças constitucionais e às reformas necessárias na burocracia portuguesa para uma maior proximidade com a ideia de rompimento dos laços com Portugal. Desse modo é que percebemos o que defende José Alves Júnior, um deslocamento dos antigos *constitucionalistas* para o *Independentismo*.

As classes sociais afetadas diretamente pelas ações de Moura e seus aliados, passaram cada vez mais a perceber esgotadas as possibilidades de ganhos e garantias constitucionais pelas vias legais, caminhos estes que tomaram direções diferentes a depender das classes sociais que se pertencia. Para os setores da elite local que foram aliados do poder instituído, as vias exauridas foram as da legislação lusitana, conduzindo seus anseios para os caminhos do Estado que se gestava. Para as classes populares, os caminhos adotados foram outros. Diante da experiência de práticas políticas que faziam letra morta à legislação a eles pertinente, os grupos indígenas e tapuios passaram a traçar ações mais radicalizadas no sentido de ruptura às vias legais, sendo elas portuguesas ou brasileiras, direcionando-se para a luta armada.

Os acontecimentos que se seguiram à integração do Grão-Pará ao Império do Brasil evidenciaram que os caminhos percorridos pela sociedade paraense foram da luta armada. Não só com a chegada de seu ápice na guerra cabana, mas os anos seguintes a 1823 foram bastante conflituosos, com eclosões de motins em várias partes da província, sobretudo nas tropas. Em 28 de maio de 1823, uma revolta em Muaná, Ilha do Marajó, nos evidencia a radicalidade que os movimentos sociais e políticos do Grão-Pará tomaram ao longo da década de 1820. Essa revolta foi compreendida pela historiografia como a favor da Independência, reunindo negros

O Grão-Pará e a integração ao Império do Brasil: Entre a expectativa e a realidade (1820 – 1835)

escravizados e tapuios, o que, de acordo com a leitura de André Machado, mostra que as aspirações que compunham os revoltosos eram mais amplas do que unicamente a ideia emancipacionista, mas que esta começava de forma crescente e abrangente a fazer parte das palavras de ordem. É o que podemos perceber nas aspirações dos revoltosos de Muaná que, além de verbalizarem que “queriam pregar numa estaca a cabeça do governador e das mais autoridades; porque até agora eram governados pelos brancos, agora é que haviam de governar os brancos”, davam “vivas” aos tapuios de Muaná e à D. Pedro I (Códice 749. Documento 43. APEP *apud* MACHADO, 2006, p. 175).

Quando o Grão-Pará se integra ao Império do Brasil já havia na província uma crescente de adeptos ao movimento de independência, em que pese seu distanciamento identitário com o Rio de Janeiro e a falta de um sentimento nacional com um projeto coeso e homogêneo. Mas, como vimos a insatisfação com a atuação de Moura e de um grupo da elite política formada majoritariamente por portugueses que defendiam o interesse lusitano, fez com que a pretensa “causa nacional” ganhasse cada vez mais apoio e adeptos. Dentre os adeptos havia uma multiplicidade de anseios e projetos de futuro. Das facções da elite com menos poder e capital político aos grupos populares variados, do indígena dos sertões, passando pelo tapuio, ao negro escravizado e liberto, até aos soldados desertores. Eram muitas demandas reprimidas, direcionadas a várias bandeiras e expectativas, para um projeto de unidade nacional que inexistia. Dessa forma, as esperanças de efetivas mudanças, tanto na conformação da estrutura burocrática quanto no alcance e garantia dos direitos constitucionais, perderam-se em uma realidade de manutenção da antiga ordem estabelecida.

Essa realidade distante da expectativa dos que passaram a abraçar a causa da integração do Grão-Pará ao Brasil, fez com que se tornasse explosiva, quando os grupos subalternizados e facções mais progressistas da elite local passaram a contestar de forma mais radicalizada. Uma grande revolta foi instaurada no ano seguinte à integração. Em 1824, na cidade de Cametá, soldados insatisfeitos com a manutenção de privilégios e de velhas práticas associadas ao absolutismo existentes nas tropas, iniciaram uma revolta que ultrapassou os limites das tropas alcançando a região tocantina. Conhecida como *Insurreição de Cametá*, esta revolta rapidamente se espalhou por toda a província, chegando à região oeste.

Na comarca do Baixo Amazonas, o movimento contestatório primeiramente à política despótica de Moura e seus séquitos, e depois, num segundo momento, à manutenção da antiga ordem, não tardou a se expandir e a assumir tons de radicalidade. O Baixo Amazonas sempre se colocou como uma região importante e estratégica na política portuguesa de expansão territorial e relação comercial com as províncias vizinhas, e de defesa das fronteiras. Cidades como Santarém, sede da comarca, e Óbidos aparecem com recorrência nas trocas de correspondências entre as autoridades. Desse modo, estas cidades tomaram a dianteira no contra-ataque ao movimento contestatório e radicalizado iniciado em Cametá.

Instaurado o movimento e acirrando-se os conflitos, o comando militar e a Câmara de Santarém rapidamente agiram para conter os ânimos da vila e disciplinar os revoltosos que radicalizavam cada vez mais suas ações. Comunicando-se com a Junta Governativa do Rio Negro, acordou a formação da Junta Defensiva do Baixo e Alto Amazonas, composta por militares, civis e religiosos. Firmando-se a Junta, Santarém solicita

O Grão-Pará e a integração ao Império do Brasil: Entre a expectativa e a realidade (1820 – 1835)

do Rio Negro o apoio com equipamento de guerra com embarcações armadas. Foi atendida com o envio de uma barca artilhada, guarnecida com 40 soldados sob o comando do Capitão Bibiano José do Carmo, militar que assumia o comando de Parintins.

Chamamos a atenção para o trabalho em conjunto dentre as vilas da região, que se fazia fundamental, sobretudo no apoio bélico, pois a carência de armamento era um problema muito comum que as vilas do interior da Amazônia enfrentavam. A atenção é importante, pois o Grão-Pará apresentava-se na década de 1820 dividido em vários projetos de futuro não apenas entre, mas dentro das classes sociais. O recorte geográfico também deve ser levado em consideração, pois que, as disputas entre as elites de Belém e as elites das comarcas do Baixo e Alto Amazonas valiam-se muito mais que as possíveis lutas polarizadas entre brasileiros e portugueses. Nesse sentido, ao pontuar que houve uma unidade entre as vilas destas regiões podemos dimensionar o nível de temor que as ações populares levaram às elites da província, sobretudo no interior, onde as ações mais se radicalizaram em decorrência da forte presença indígena e de negros aquilombados.

De Gurupá e Monte Alegre, as autoridades da Junta souberam que a ocupação da região por parte dos levantados tornava-se invasiva, levando à Junta Defensiva decidir pela ofensiva aos rebelados (REIS, 1979b, p. 78). Dessa maneira, organizou-se uma Junta Militar Provisória e Defensiva de Santarém com o objetivo de planejar estratégias de ataques às vilas dominadas pelos “rebeldes”, impedindo assim seu avanço a sede da comarca. Dentre as estratégias destacavam-se o fortalecimento da base militar com a organização de “[...] dois batalhões de infantaria, um campo de artilharia, um piquete de cavalaria” (*Idem*, p. 80).

Em Óbidos, as autoridades tomaram conhecimento dos acontecimentos que sacudiam a capital da província e, temendo o descontrole dos indígenas, tapuios e soldados desertores da região, reuniram-se na Câmara para deliberar providências concretizadas na formação de uma comissão composta por seis membros, sob a presidência de Martinho da Fonseca Seixas (REIS, 1979a, p.43). Esta comissão, discutida a situação, elaborou um plano de ação que apresentou alguns pontos que merecem destaque, dentre os quais: o decreto que exigia a permanência dos moradores em seus sítios; que os mesmos moradores deveriam servir ao alistamento de forma alternada; a proibição de atividades econômicas com embarcações externas e com vereadores residirem fora de suas vilas; e a solicitação de alimentos e armamentos entre as vilas envolvidas.

É importante observar dentre os pontos aqui destacados, a preocupação por parte da Junta local na defesa da região e na preservação da economia local. Era necessário em tempo de instabilidade política e econômica precaver-se em relação às principais atividades econômicas, ainda mais quando se constituiu uma economia de guerra com a necessidade de prover as tropas, e a manutenção da ordem. Também percebemos a preocupação com a disciplina da população, na medida em que o controle do direito de ir e vir garantia certo domínio da elite dominante aos setores insurgentes, especialmente os trabalhadores tapuios e os grupos indígenas da região.

Óbidos tornou-se o epicentro da Junta Defensiva na contraofensiva aos rebelados. Num primeiro momento, enviou à Santarém um reforço de 32 homens sob o comando do Alferes Gaudêncio Augusto de

O Grão-Pará e a integração ao Império do Brasil: Entre a expectativa e a realidade (1820 – 1835)

Abreu. Para a contraofensiva a Monte Alegre mobilizou uma força com 40 praças e, para Alenquer, um contingente de 30 soldados, mais o apoio de 60 índios Munduruku da missão de Juruti, sob o comando de seu missionário o padre Antônio Manoel Sanches de Brito. Este recrutamento e sua movimentação de tropa resultaram na vitória da *Junta* em Monte Alegre, consolidada e afirmada no acordo assinado a 9 de junho de 1824, *pondo termo à resistência e aos lutuosos acontecimentos* (REIS, 1979a, p.47). Este termo de paz foi escrito em cinco artigos que, em linhas gerais fazia afirmar que: em ambas as vilas ficava proibido o uso de armas para agredirem-se mutuamente; exigia a retirada da esquadra de bloqueio defronte de Monte Alegre; a captura pelas vilas de escravos fugidos; assim como a apreensão de soldados desertores e/ou que se negavam a se apresentar ao indulto do perdão geral (Código 789; documento 5; APEP).

A conjuntura de guerra por qual passava o Grão-Pará levava a uma situação peculiar no que diz respeito à participação de indígenas e tapuios no andamento dos conflitos. Perfaziam a base das tropas tanto dos insurretos como da contraofensiva à insurreição. Esta peculiaridade fazia com que se elevasse ainda mais a importância de grupos indígenas e dos tapuios no andamento das batalhas, na medida em que eram peças fundamentais nas guerras que se faziam nos sertões. Esta situação será vivenciada também na Cabanagem. Tal peculiaridade remete à aspectos centrais das dinâmicas econômicas e sociais do Grão-Pará, tais como a permanência de muitos dispositivos legais remanescentes da legislação colonial, dentre eles as diretrizes da Carta Régia de 1798, que reduzia a população indígena e de tapuios à situação similar a escravidão com o trabalho compulsório, as péssimas condições de trabalho e o trato violento a eles dispensado. A presença destes grupos étnicos convivendo nas urbes e arrabaldes era mais perceptível nas regiões do interior, os sertões da província. Nesse sentido, nas vilas do interior a presença e a participação política de índios e mestiços era algo mais comum, sobretudo com a política de hierarquia de Souza Coutinho, disponibilizando títulos e patentes aos Principais.

Na região oeste da província, abarcando as comarcas do Baixo e Alto Amazonas, a conjuntura nas décadas de 1820 e 1830 era essa, uma atmosfera de tensão social, com ingredientes suficientes para a explosão a qualquer momento de levantes e revoluções populares. No mesmo compasso que destinava ao grosso da população da região uma forma de tratamento socialmente desigual, o Estado vendia a ideia de que todos os cidadãos eram livres. Simultaneamente, no Império independente, todos os brasileiros (nativos ou adotivos) eram igualizados sob a Carta Magna de 1824. Permitia-se, assim, um espaço de questionamento popular a respeito das diretrizes legais, criando dessa forma, um clima de instabilidade política. Somava-se a estes elementos, a concessão de armas aos tapuios no ato do recrutamento forçado para comporem as milícias da região.

Nesse cenário, tornava-se para a elite local uma tarefa difícil a manutenção da ordem. Acreditamos que a preocupação da Junta Governativa local em disciplinar a liberdade, entendida por ela para salvaguardar seus interesses econômicos, levou a que as autoridades das vilas do Baixo e Alto Amazonas organizarem-se em uma força militar visando conter os ânimos dos habitantes locais, ávidos por garantirem seus direitos e sua liberdade em uma sociedade moderna e liberal que se planejava.

O Grão-Pará e a integração ao Império do Brasil: Entre a expectativa e a realidade (1820 – 1835)

Com a vitória da unidade da elite local, aparentemente se selou o acordo de “paz” na região. *Aparentemente* porque os ânimos extremados mantinham as autoridades locais sempre alertas, e também porque esta unidade se deu de forma circunstancial. Como vem sendo dito, não havia na Província um projeto homogêneo entre a elite. Mesmo os que defendiam o projeto *independentista*, a existência de vários projetos paralelos não permitia uma unidade de fato entre os negociantes-funcionários. Sob os grandes eixos, *absolutistas*, representados principalmente pelo comandante e vereador Martinho da Fonseca Seixas, *versus independentistas*, representados pelos irmãos Raimundo e Antônio Manoel Sanches de Brito, as disputas internas e locais criavam um mosaico de interesses que exigia certa dose de astúcia de quem viesse governar a Província. Foi o caso do presidente José Félix Pereira de Burgos que, bombardeado de queixas de ambos os grupos, precisou agir com muita cautela na maioria das vezes, e de Bernardo José da Gama, Visconde de Goiana e seu conturbado governo que se encerrou tragicamente com sua deposição por meio de um golpe, denominado pela historiografia de *Agostada*, ocorrido em 1831.

No alvorecer da década de trinta do século XIX a atmosfera política do Grão-Pará se configurava ainda mais instável que nos anos de 1820. Decorridos quase uma década do alinhamento da Província ao Império brasileiro, a disputa política entre projetos diferentes ainda se apresentava, porém, com elementos novos, como os espaços institucionais criados pela nova ordem imperial, especialmente o Parlamento. Os grupos que se disputavam nestes espaços alinhavam-se em torno de dois eixos, os considerados liberais mais radicais, sob a liderança do cônego Batista Campos, também conhecidos como *Filantrópicos*, e os liberais mais moderados, conhecidos como *Caramurus*, onde se destacava a figura de Marcos Antônio Rodrigues Martins⁴. Acusações eram trocadas por estes dois grupos, algumas infundadas, que objetivavam justificar suas ações desqualificando as ações contrárias.

É neste clima fortemente tenso que o desembargador Bernardo José da Gama, visconde de Goiana, tomou posse em 19 de julho de 1831. Duraria apenas 19 dias no cargo, sendo deposto no dia 7 de agosto. A deposição do presidente da província se deu por um golpe orquestrado por políticos caramurus, organizado pelo comandante das armas José Maria da Silva Bittencourt e Marcos Antônio Rodrigues Martins. As disputas acirradas entre as facções da elite paraense no pós-anexação da província ao Império do Brasil foi assumindo uma polarização política em torno dos dois partidos acima citados. Dessa forma, qualquer presidente que fosse nomeado para assumir a província teria de ter um difícil equilíbrio entre as partes que se disputavam entre si. Não foi o que aconteceu com Goiana.

Logo que chegou ao Grão-Pará o então presidente foi visitado por uma comissão de doze membros da Sociedade Patriótica, Instrutiva e Filantrópica, a fim de recepcioná-lo, oferecendo-lhe uma celebração do

⁴ O partido então denominado de “filantrópico”, como ficou conhecido surgiu nas bases de uma sociedade secreta, a *Sociedade Patriótica, Instrutiva e Filantrópica*, e tinha dentre suas lideranças o Cônego João Batista Gonçalves Campos e o padre Jerônimo Roberto da Costa Pimentel. Mantinham uma postura mais radicalizada, propondo reformas mais efetivas no cenário político, se aproximando em muitas vezes a ideais republicanos. Opunham-se aos *caramurus*, liberais mais moderados, que agregavam a elite dirigente mais abastada da província e temiam reformas que possibilitassem a apropriação destes direitos pelas camadas populares ansiosas por ascensão social (RAIOL, 1970, p.198).

O Grão-Pará e a integração ao Império do Brasil: Entre a expectativa e a realidade (1820 – 1835)

Te-Deum na igreja do Carmo, levantando suspeitas caramurus. Simultaneamente às rivalidades políticas, que muito dificultavam qualquer administração, o presidente também encontrou outro obstáculo tão pertinente quanto, qual seja a carestia em que os cofres públicos se encontravam. A seguir um trecho, extraído de *Motins Políticos*, de uma comunicação entre o próprio presidente ao ministro do Império, dando conta da péssima situação da província:

Com a minha chegada, diz ele, e com a do Comandante das Armas os partidos se acalmaram. Mas *não tem cessado de todo a indisposição* que havia de parte a parte, e seguramente posso afirmar que de todas as províncias do império *é esta talvez a única em que mais se tem retardado a fundação do sistema brasílico* o qual só com muito jeito e arte se poderá fazer prevalecer. [...] (*apud* RAIOL, 1970, p. 200, grifo nosso).⁵

A fala de Visconde de Goiana nos permite compreender o cenário instável e conflituoso por qual se encontrava o Grão-Pará no início da década de 1830, nos chamando a atenção quanto à sua percepção sobre o sentimento de pertencimento da província ao recém-criado país. Para o presidente da província, o Grão-Pará não teria, no início de 1831, adotado as medidas necessárias para se fundar de fato o sistema político e jurídico brasileiro. As palavras de Bernardo José da Gama encontram-se amparadas na realidade política vivenciada pela província desde os movimentos revolucionários ocorridos no antigo império português no começo do século XIX.

Vimos em parágrafos anteriores que não havia identificações e estreitamentos dos interesses da elite paraense com o projeto independentista carioca. Esta falta de identidade permaneceu nos anos iniciais após a decisão da elite política local pela integração, pois como afirma o presidente de tal província, “de todas as províncias do império é esta talvez a única em que mais se tem retardado a fundação do sistema brasílico o qual só com muito jeito e arte se poderá fazer prevalecer” (RAIOL, 1970, p. 200). Como se mostrou, a elite que conduzia a política da província não conseguiu encontrar *nem jeito nem arte para fazer sentir o sistema brasílico*, ao ponto de se eclodir uma guerra civil sem precedentes na região alguns anos depois.

A fala de Visconde Goiana segue ainda levantando um problema geral apresentado nos quatro cantos da província, qual seja a insatisfação das tropas quanto ao atraso de soldos. É sabido que um dos maiores temores da elite local era a *inclinação à anarquia* dos povos do Pará, em especial as tropas, formadas majoritariamente por indígenas e tapuios. Desse modo, ao presidente pontuar em sua fala sobre o atraso de pagamento dos soldados indica que a preocupação da corda que mantinha controlada este grupo se rompesse era iminente. Como de fato se rompeu em algumas tentativas, a exemplo de uma revolta de cunho separatista ocorrida no Alto Amazonas em 1832, o que nos mostra a convulsão generalizada das camadas populares paraenses, destacando aqui, os soldados das tropas. Desse descontentamento, que se agravava com a compulsoriedade de seu recrutamento, gerava um fenômeno social característico do Grão-Pará, a deserção.

⁵ Ofício do presidente da província ao ministro da fazenda datado de 20 de julho de 1831.

O Grão-Pará e a integração ao Império do Brasil: Entre a expectativa e a realidade (1820 – 1835)

Desertar era uma prática comum em toda a América portuguesa. No Grão-Pará ela adquiriu peculiaridades. Era tão recorrente e forte a deserção na província que chegou a conformar um grupo social específico, os soldados desertores. Acreditamos que o fato de as tropas serem compostas por indígenas, habitantes originários da região e conhecedores dos sertões, facilitou a recorrência desta prática. Compreender isso é fundamental para entender as dinâmicas das lutas cabanas, sobretudo dos sertões, pois que recrutar de forma compulsória e desertar eram ações que se retroalimentavam, consubstanciando a guerra cabana.

Posto isso, a preocupação de Visconde de Goiana adquire uma dimensão maior de um problema crônico vivenciado pelas elites paraenses que foi potencializada em tempos de guerra e de crise. Tempos esses de instabilidade e difícil governança para quem estivesse à frente do governo do Grão-Pará, província “que parece não pertencer ao império do Brasil”, como afirmou o próprio presidente, que seria deposto dezessete dias depois dessa fala.

A *Agostada* não golpeou apenas o presidente da província, mas também o frágil sistema político brasileiro, recém-criado e que carecia de representatividade e legitimidade na sociedade política paraense. Estas duas concepções eram fundamentais em tempos de criação do Estado Nacional brasileiro, sobretudo em uma província que não se via a “fundação do sistema brasílico” de forma efetiva. Vimos que o processo de integração do Grão-Pará ao Império do Brasil foi se formando num cenário de instabilidades políticas, desconfiças e a falta de identificação no projeto gestado no Rio de Janeiro. Quando a elite que conduzia a política da província decidiu-se por se integrar, o processo de fundação do projeto nacional seguiu o mesmo curso de tensão, numa frágil sustentação das estruturas necessárias para a consolidação do Império do Brasil no vasto e diversificado território nacional. Esta delicada estrutura por pouco não se rompeu quando, ao contrário do que esperavam os liberais filantrópicos, a corte no Rio de Janeiro se omitiu de retaliar os que feriam às recentes e frágeis leis do Império.

De acordo com Machado, a *Agostada* pode ser considerada como um marco importante na relação entre liberais paraenses e a Corte estabelecida no Rio de Janeiro, no sentido em que, a postura do Parlamento de não punição aos envolvidos na deposição do Visconde de Goiana, com a concessão de anistia a todos, foi vista por Batista Campos e seus partidários, como falha em sua função de *guardião das leis* e da *legalidade*. Nas palavras de Machado, o golpe significou a inoperância e a incapacidade das “instituições de manterem os conflitos políticos no Pará dentro dos limites impostos pela legislação”, e que a partir de então, a semente de uma possível guerra civil foi semeada, na medida em que qualquer intervenção do poder central na vida da província passava a ser vista com olhar de desconfiança para uma avultada gama de pessoas, não só os liberais (MACHADO, 2009, p. 2).

Em outro artigo seu, *O fiel da balança...*, André Machado analisa a relação existente entre a política na Corte e as disputas na Província, levantando a teoria que era fundamental para a sobrevivência dos grupos políticos paraenses garantirem influência no Parlamento. Nesse sentido, foi-se construindo a ideia de o Parlamento ser a instituição máxima para resolução de conflitos políticos, observando uma “crescente canalização das disputas políticas na Província para os canais institucionalizados” (MACHADO, 2011, p. 197)

O Grão-Pará e a integração ao Império do Brasil: Entre a expectativa e a realidade (1820 – 1835)

nos anos imediatamente anteriores ao golpe. Quando ocorre a *Agostada*, a capacidade das instituições representativas de solucionar e controlar os conflitos provinciais sob os limites da legislação foi questionada. Por outro lado, este questionamento foi feito dentro das instâncias institucionais, inclusive no próprio Parlamento, concedendo-lhe o papel de *fiel da balança*.

Interessante perceber a importância dos canais institucionalizados para a solução de disputas políticas regionais quando a elite e autoridades da Comarca do Alto Amazonas acionaram, para além dos embates armados, os dispositivos legais para conseguir a desvinculação política e administrativa do Grão-Pará. O sentimento separatista entre os habitantes do Rio Negro intensificou-se no processo independentista. A elite regional, insatisfeita com a vinculação político-administrativa da região à província do Pará, ansiavam por sua autonomia com a criação da Província do Rio Negro. Uma das justificativas de Dom Romualdo de Seixas que, em 1826, apresentou à Câmara dos Deputados o primeiro projeto para a criação da província do Rio Negro, era de que a agricultura e as indústrias da região se encontravam em ruínas por dois motivos centrais: o primeiro pela dificuldade do governo paraense em administrar uma região tão remota, e o segundo, deste mesmo governo, propositalmente, dificultar medidas benéficas adotadas pelos administradores da comarca, por *ciúmes* ou *questões pessoais* (GREGÓRIO, 2011, p.143).

O processo de ruptura do Antigo Regime português e o alinhamento do Grão-Pará ao projeto independentista carioca possibilitou a abertura de um espaço para discussão sobre uma *indefinição de ordem administrativa*: como ficaria a situação da Comarca do Alto Amazonas na nova ordem política instaurada (GREGÓRIO, 2011, p. 139). Quando instaurados os conflitos emancipacionistas e, posteriormente, a integração do Pará ao Império brasileiro, não se estranhava a expectativa do alto Amazonas tornar-se uma província imperial, sobretudo quando, na Constituição de 1824, outorgou-se que o Império do Brasil seria organizado em províncias, tal qual já se configurava. Porém, para frustração da elite do Rio Negro isso não se confirmou. Por decreto de 26 de março de 1824, com o objetivo de definir a representatividade política das províncias no novo regime, delimitou-se o número de deputados de cada unidade administrativa para compor o Poder Legislativo central, ficando o Rio Negro de fora, compreendendo-o assim subjugado a Junta Provisória de Governo do Pará (GREGÓRIO, 2011, p. 139).

Os acontecimentos de 1831, com a deposição do Visconde de Goiana e o acirramento das rivalidades políticas entre liberais radicais e liberais moderados, proporcionaram à região condições favoráveis à retomada de seu objetivo de emancipação. Isso se deu, em grande medida, pela forte circulação de ideias liberais, agregando-se às demandas específicas, evidenciadas nestes anos de conflito, assim como a presença de muitos presos políticos que, remetidos às fortalezas-presídios como Marabitanas e Crato, fugiam e refugiavam-se na região. De acordo com Leandro Lima, as deportações desses presos políticos, os *patriotas*, para a região, assim como suas fugas pelo interior adentro, possibilitaram a “ampliação de uma rede de aliança para o combate, promovidas entre cidadãos dissidentes e índios, tapuios e suas misturas” (LIMA, 2008, p. 249). Sob esta conjuntura, ocorreu o levante separatista na Barra do Rio Negro em abril de 1832.

O Grão-Pará e a integração ao Império do Brasil: Entre a expectativa e a realidade (1820 – 1835)

Iniciado como uma revolta militar da tropa de 1ª linha com algumas praças de 2ª linha insatisfeitas com o atraso do pagamento de seus soldos em 12 de abril de 1832, o movimento logo assumiu proporções maiores. Os levantados apoderaram-se do Trem de Guerra e tomaram para si o armamento e as munições, e assim ganharam as ruas em toque de rebate. Visando conter os insurgentes, o comandante militar do Rio Negro, o coronel Joaquim Filipe dos Reis, correu ao quartel ordenando que a tropa depusesse as armas e findasse a revolta. Sua ordem não obteve o êxito desejado e o comandante acabou assassinado pelos levantados. Com a morte de Joaquim dos Reis, assumiu o comando em seu lugar o coronel de origem italiana Francisco Zany. Este coronel tomou certas providências que não agradaram a tropa levantada, dentre elas, o recolhimento ao trem de Guerra das armas e munições, e a dispensa dos milicianos, considerados desnecessários ao serviço militar. Alvo de um frustrado atentado, Zany se viu obrigado a retirar-se para sua fazenda, assim como os moradores brancos que debandaram da vila. Os soldados vitoriosos, liderados pelo soldado Joaquim Pedro da Silva, voltaram a apoderar-se das armas e das ruas, tomaram o cofre público e dividiram o dinheiro entre si como pagamento dos soldos atrasados. Também tomaram alguns armazéns, sem constar roubo a moradores (RAIOL, 1970, p. 256)⁶. Ao que parece, o foco do levante era mais voltado a questões práticas do cotidiano das tropas, como o pagamento e revide aos maus tratos. Por outro lado, a rápida ascensão social entre os cargos militares provocada pelos desdobramentos dos conflitos pós-integração, pode ser lida como um dos elementos presentes nos levantes militares das décadas de 1820 e 1830, no intuito das tropas de 1ª linha galgar patentes superiores.

De levante militar por insatisfação de pagamentos atrasados, o movimento ampliou-se e assumiu um caráter separatista. Os levantados reuniram-se no dia 22 de junho de 1832 em um Conselho Extraordinário para deliberarem providências necessárias, a fim de responder às queixas contra as autoridades da capital da província. A reunião de um conselho deliberativo nos fornece dois indicativos da importância na nova cultura política que se formava nos espaços políticos representativos e deliberativos. Construir um Estado constitucional era fortalecer estas instâncias. Nesse sentido, tanto liberais quanto conservadores buscavam construir um discurso que legitimasse suas ações sobre bases representativas, mesmo que não fossem constitucionais, como a exemplo do golpe da *Agostada*.

Dentre os pontos discutidos e deliberados pelo Conselho Extraordinário destacam-se o desligamento da comarca do Rio Negro da província do Grão-Pará; a eleição de um governo temporário para direcionar os assuntos civis e políticos da nova província; o estabelecimento de alfândegas para fiscalizar e organizar a arrecadação tributária e a nomeação temporária de um comandante militar. Deliberou que a decisão tomada pela elite política local fosse submetida à decisão da Assembleia Legislativa da Regência, assim como decidiu-se por enviar um procurador à Corte com plenos poderes para tratar da aprovação dos atos deliberados (RAIOL, 1970, p. 257). Os pontos deliberados, enfim, confirmam a necessidade de legitimação política de acordo com as prerrogativas legais do Império.

⁶ Trecho do periódico *Correio do Amazonas* de 26 de maio de 1832, nº60.

O Grão-Pará e a integração ao Império do Brasil: Entre a expectativa e a realidade (1820 – 1835)

Em relação a estas deliberações, fica evidente também o traço liberal em suas prerrogativas, especialmente quando lemos a providência de submeter a decisão da edilidade local às instâncias legislativas nacionais. A respeito dos cargos, para presidente da nova província foi nomeado Manuel Bernardino, professor de primeiras letras; para comandante das armas, o tenente Boaventura Ferreira Bentes; e para procurador do Conselho Provincial, frei José dos Santos Inocentes. Os dois últimos nomeados atuaram ativamente nas lutas pró-independência, sendo Ferreira Bentes membro do partido filantrópico (BARRIGA, 2014). De acordo com Shirley Nogueira, provavelmente a presença de Bentes na região tenha se dado em ato punitivo por parte do partido *caramuru* “por [ele] ter deixado o cônego Batista Campos fugir, quando o levava para o exílio na prisão do Crato no rio Madeira” (NOGUEIRA, 2009, p. 242).

Estabelecidas as providências que deveriam ser tomadas a fim de consolidar a emancipação do Rio Negro e transformá-lo em província, frei José dos Santos Inocentes rumou pelo rio Madeira em direção ao Rio de Janeiro com o intento de levar à Corte as deliberações do Conselho Extraordinário. Quando alcançou a província do Mato Grosso sua viagem foi interceptada. Por ordem do presidente, viu-se obrigado a retornar, sofrendo censura por parte do governo imperial por ter assumido tal responsabilidade. O despacho feito pelo palácio do Rio de Janeiro, em 15 de junho de 1833, não reconhecia como legítima a decisão do Conselho Extraordinário da separação do Rio Negro do Grão-Pará, alegando ter sido um ato de rebelião e atentado à Constituição. Nos chama a atenção a explicação dada para o não consentimento à causa separatista, pois o argumento utilizado para esta ocasião foi silenciado no caso da deposição do presidente de província Visconde de Goiana, ocorrido um pouco mais de um ano antes. Parece que havia uma prática de dois pesos e duas medidas no que era considerado dentro ou às margens da Constituição. Pelo teor dos projetos envolvidos em ambos os eventos, nos leva a deduzir que anseios mais radicalizados, como a exemplo da independência do Rio Negro fugiam aos interesses do poder central do Rio de Janeiro, pois poderiam causar maiores instabilidades para além das que já existiam. Nesse caso, as instâncias representativas nacionais decidiram-se por não atender aos interesses separatistas, frustrando a expectativa dos amazonenses, mandando sufocar o movimento e prendendo suas lideranças, como o seu procurador frei José dos Santos Inocentes.

Após intenso ataque da expedição militar enviada por Belém para derrotar os levantados do Rio Negro (RAIOL, 1970, p. 264), dos que não morreram em combate, muitos foram presos e outros fugiram e se dispersaram pelas vilas do Médio Amazonas e pelos sertões. Há notícias que o soldado Joaquim Pedro da Silva, líder do levante, e mais um grupo de 30 pessoas, depois de empreenderem ações no Alto Amazonas, desceram o rio e tentaram ocupar Óbidos, encontrando resistência dos moradores da vila, o que fez desviarem-se em direção à Santarém, onde foram interceptados pelas tropas do governo de Belém. Após estes episódios, há indícios que Joaquim Pedro continuou a andar pelo Alto Amazonas, matando *brasileiros adotivos* até 1833 quando foi preso (NOGUEIRA, 2009, p. 244). Assim como aquele soldado, muitos outros desertores e tapuios andavam pelo sertão propagandeando seus projetos e fundindo-se com as demandas específicas de cada vila. Nogueira nos mostra a figura de Jacob Borges, conhecido como Jacob Patacho que, com seu braço direito o

O Grão-Pará e a integração ao Império do Brasil: Entre a expectativa e a realidade (1820 – 1835)

tapuiu Maurício Saraiva e sua tropa formada majoritariamente por índios, percorreram o interior do sertão, ocupando espaços, matando *brasileiros adotivos*, e galgando apoio de lideranças indígenas.

Diante dos desdobramentos do levante de 1832 com a dispersão e o alargamento de ações mais radicalizadas e, especialmente a consolidação do sentimento separatista dentre os habitantes da região, o governo provincial adota uma postura cada vez mais comum dentre as elites no Grão-Pará, recorrer às vias institucionais para solucionar e controlar conflitos sociais e políticos. Para coibir tais conflitos e retomar o estado de tranquilidade e paz para as elites locais, o então presidente da província propõe, em 1833, ao governo imperial no Rio de Janeiro a tarefa de solucionar tais conflitos. Propõe ainda uma autonomia restrita da Comarca do Alto Amazonas ante a província do Grão-Pará, como uma província de 2ª Ordem. Isto quer dizer que a região do rio Negro teria uma administração pública independente do governo em Belém, mas continuando subalterno ao presidente do Grão-Pará, sendo este responsável por nomear a primeira autoridade do Alto Amazonas no Conselho Provincial. Sustentava sua proposta o fato desta comarca apresentar uma extensa faixa territorial, constando em seu território áreas de fronteiras com *nações estrangeiras* e uma população fundamentalmente indígena, que possuía uma *lógica própria de viver*, além de uma distância de quatrocentas léguas da capital, levando em média três meses de viagem, o que dificultava a administração da região centralizada em Belém.

Em sua perspectiva, estes elementos corroboravam para a situação de crise em que se encontrava a região, além da falta de investimentos que o Alto Amazonas vinha sentindo, o que o levou a propor que o “governo central tome em especial consideração o melhoramento que convém dar aquela Comarca”, considerando as “abundantes e preciosas produções do seu solo, e pela disposição de suas localidades” (Códice 901; documento 85; APEP). Em decorrência de tais prerrogativas, era fundamental para Machado de Oliveira que as instituições representativas do Império discutissem, se posicionassem e apontassem soluções ante a crise instalada. As medidas paliativas foram tomadas, permitindo uma relativa autonomia à comarca do Rio Negro que, só alcançou sua real autonomia apenas em 1851, quando de fato se tornou província independente.

CONSIDERAÇÕES QUE NÃO SE FINDAM...

Para além de dimensionarmos a conjuntura explosiva que se configurava no Grão-Pará no início da década de 1830, a exposição dos fatos sobre as rebeliões e tentativas separatistas do Alto Amazonas nos possibilita evidenciar um traço importante nas dinâmicas políticas desse período da elite paraense, a busca recorrente pelas vias institucionais. Mesmo diante de muitas frustrações quanto a expectativas não alcançadas com a integração da província ao Império do Brasil, podemos perceber que, independentemente da facção política que se alinhava, a elite local tentava alcançar seus interesses pelas vias legais, fortalecendo as estruturas políticas do Estado que se gestava. A opção deste caminho também tinha um viés pragmático para

O Grão-Pará e a integração ao Império do Brasil: Entre a expectativa e a realidade (1820 – 1835)

os homens de poder político e econômico, pois com ele tentava se evitar agudizar mais ainda os ânimos das classes populares que vinham em uma crescente de exaltação desde o começo da década de 1820.

Manter o controle dos grupos indígenas, de tapuios, negros aquilombados e/ou escravizados e soldados das tropas e desertores era preocupação constante para a elite que conduzia a política da província. Tentaram garantir isso, mas não conseguiram. Diante de um processo construído sob expectativas e frustrações, de várias ordens, o cenário que se apresentou para as pessoas que viveram as décadas de 1820 e 1830 se fez sob um forte clima de instabilidade, num caldeirão que estava sempre perto de explodir, o que de fato aconteceu no alvorecer do ano de 1835, quando as águas quentes entraram em ebulição, numa pororoca de anseios reprimidos por séculos de uma população que decidiu não mais pelas vias institucionais, mas pela luta armada que, no Grão-Pará, se fez nos leitos e margens dos rios por mãos indígenas e de tapuios.

FONTES

Arquivo Público do Estado do Pará:
Código 589, fl.41 e 42; AHU; Livro 02.
Código 749 (Documento 43)
Código 789 (documento 05)
Código 901 (documentos 75 e 88)

BIBLIOGRAFIA

- BARRIGA, Letícia Pereira. *Entre leis e baionetas: Independência e Cabanagem no médio Amazonas (1808-1840)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Belém, 2014.
- BESSA FREIRE, José Ribamar. *Da Língua Geral ao Português. Para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. – Rio de Janeiro, 2003.
- COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém: CEJUP, 1993.
- GREGÓRIO, Vitor Marcos. Dividindo o Grão-Pará: os debates para a criação da província do Rio Negro na Câmara dos Deputados, 1826-1828. *Revista Almanack*. Guarulhos, n.1, p.137-152, 1º semestre, 2011.
- JANCSÓ, István & PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um Mosaico (ou apontamentos para um estudo da emergência da identidade nacional brasileira”. *Revista de História das Ideias*. Vol.21. Faculdade de Letras. Coimbra, 2000.
- LIMA, Leandro Mahalem. *Rios Vermelhos: Perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835*. São Paulo: USP 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo, 2008.
- MACHADO, André. O fiel da balança – o papel do parlamento brasileiro nos desdobramentos do golpe de 1831 no Grão-Pará. *Revista de História*, São Paulo, n.164, p.195-241, jan./jun. 2011.
- _____. O papel do Parlamento nos desdobramentos do golpe de 1831 no Grão-Pará. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Fortaleza-CE, 2009.
- _____. *A quebra da mola real das sociedades: A crise política do antigo regime português na província do Grão-Pará (1821-1825)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História Social; Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP). – São Paulo, 2006.
- MUNIZ, Palma. *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios*. Coleção “História do Pará” – Série “Barão de Guajará”, Conselho Estadual de Cultura, Belém, 1973.

O Grão-Pará e a integração ao Império do Brasil: Entre a expectativa e a realidade (1820 – 1835)

- NOGUEIRA, Shirley. “A soldadesca desenfreada”: politização militar no Grão-Pará da Era da Independência (1790-1850). 341f. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos* – 1º volume. Universidade Federal do Pará – Coleção Amazônica, série José Veríssimo, Belém/PA, 1970.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *História de Óbidos*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979a.
- _____. *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979b.
- SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820-1823)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n.], 1998.
- SPIX, Johann B. Von; & MARTIUS, Karl F. P. Von. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Série: Coleção Reconquista do Brasil. 3º vol. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1981.

Texto recebido em: 01/11/2024
Texto aprovado em: 23/01/2025

